

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.929 - SP (2019/0229149-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : LACAZ MARTINS, PEREIRA NETO, GUREVICH E SCHOUERI
ADVOGADOS
ADVOGADOS : FERNANDA BOTELHO DE OLIVEIRA DIXO - SP184090
ALBERTO LUIZ RAFFAINI DE ALMEIDA SANTOS - SP314270
DAVI MARQUES DE ARAUJO - SP381520
EMBARGADO : MARCIO MORENO
EMBARGADO : MARCO ANTONIO MORENO
EMBARGADO : MARCELO MORENO
EMBARGADO : ERIKA MORENO PALMIERE
EMBARGADO : ANTÔNIO PADULA MORENO - ESPÓLIO
REPR. POR : CLEA MARCHETTI MORENO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : CAMILA CARDOSO DOMINGOS - SP166969
CARLOS EDUARDO BARLETTA - SP151036
CAROLINA ROSSI - SP281124
EMBARGADO : CLAUDIO ROBERTO PELLEGRINI
EMBARGADO : DOMINGOS PELLEGRINI NETTO
ADVOGADO : REGINA KERRY PICANÇO - SP138780
INTERES. : CLOVIS MARCHETTI JUNIOR
INTERES. : ZULMIRA DAS GRACAS GALHARDO
INTERES. : ANA PAULA MARCHETTI
ADVOGADOS : FERNANDA BOTELHO DE OLIVEIRA DIXO - SP184090
DAVI MARQUES DE ARAUJO - SP381520

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão de fls. 467/470 (e-STJ), por meio da qual conheci do agravo nos próprios autos para dar provimento ao recurso especial *"a fim de fixar os honorários advocatícios devidos pelos réus-recorridos aos advogados do autor-recorrente no equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido pelo autor da demanda, a ser apurado na fase de liquidação de sentença, por artigos ou arbitramento"*.

Em suas razões (e-STJ, fls. 472/475), o embargante argumenta que as alternativas indicadas na decisão para a forma de liquidação de sentença – artigos ou arbitramento – induzem obscuridade, na medida em que não se faz clara a expressão "proveito econômico obtido". Nessa perspectiva, considera ser possível "que eventual alienação judicial seja infrutífera, hipótese em que, segundo a interpretação literal da decisão judicial, não haveria honorários", do que resultaria indevida *reformatio in pejus* (e-STJ, fl. 474).

Alega ser desnecessária a liquidação do julgado, considerando que os bens objetos do litígio foram avaliados nesta fase de conhecimento, defendendo, ainda, o descabimento da chamada liquidação por artigos, visto que não há necessidade de alegar ou

provar fatos novos.

Por fim, defende que a base de cálculo para a fixação da verba sucumbencial deve ser o valor da causa.

Resposta dos embargados às fls. 479/486 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O pedido declaratório não comporta acolhida.

Assim dispôs a decisão embargada (e-STJ, fl. 470):

No caso concreto, é possível mensurar o proveito econômico obtido pelo autor da demanda – embora inviável fazê-lo nesta instância excepcional, haja vista a necessidade de revolver elementos fático-probatórios –, o que implica afastar o valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios sucumbenciais. Desse modo, impõe-se remeter a fixação dessa quantia para a fase de liquidação do julgado, quando então será apurado o valor sobre o qual incidirá o percentual dos honorários advocatícios fixados na forma prevista pelo dispositivo legal acima transcrito.

Há proveito econômico mensurável na presente demanda, de sorte que afastado o valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios, conforme orientação que emana de precedente da Segunda Seção do STJ, citado na decisão (REsp 1746072/PR, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

Ante a inviabilidade de se apurar o proveito econômico na instância excepcional, sobretudo ainda durante a fase de conhecimento, faz-se imprescindível remeter o feito à liquidação, cuja modalidade será melhor decidida pelo Magistrado que a presidir, disso não resultando conflito com o título liquidando (Súm. n. 344/STJ).

Ressalte-se que a decisão é expressa em consignar a impossibilidade de o resultado ser inferior ao valor antes arbitrado pelo TJSP, de sorte que não há falar em possível *reformatio in pejus* (e-STJ, fl. 470):

Esclareço que o resultado não poderá ser inferior à quantia fixada pelo TJSP (R\$ 50 mil, atualizados desde a data do arbitramento), sob pena de configurar indevida *reformatio in pejus*.

Desse modo, os embargos de declaração evidenciam intuito meramente infringente, para o que não se presta o recurso integrativo.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator